

## SOBERANIA, DESENVOLVIMENTO E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA

*Palavras do Ministro de Estado da Defesa, Raul Jungmann,  
Na Abertura do Seminário “Defesa Política de Estado:  
Soberania, Desenvolvimento e Inovação Tecnológica”*

**Brasília, 23 de novembro de 2016**

Quero cumprimentar o Deputado Carlos Zarattini, que em boa hora propõe e realiza este Seminário, que é seminal para a Defesa e para o Brasil. Já que esta é a minha Casa, faço questão de nominar pessoalmente os senhores deputados aqui presentes, meus colegas, com quem já compartilhei muitas horas de trabalho e também algumas vitórias: Jô Moraes, ex-presidente da CREDN; Takayama, que acabou de chegar; Rubens Bueno, nosso líder; Perpétua Almeida, que inclusive foi Secretária de Produtos de Defesa do Ministério da Defesa; Rômulo, que já se foi; e acho que a todos citei. Também destaco a presença do Jairo Cândido, diretor do COMDEFESA, aqui representando o presidente da FIESP, Paulo Skaff.

Toda vez que vejo uma mesa e uma plateia compostas com tantas autoridades, me lembro de uma história de Pernambuco da época do Governador Agamenon Magalhães. Ele tinha ido a uma cidade do interior e escolheu-se um representante da comunidade, um agricultor, para saudá-lo. A mesa de autoridades ia ficando cada vez mais quilométrica, e o agricultor preocupado pensando em como saudaria tantas autoridades. Quando chegou a hora da saudação, ele saiu-se com “Senhor Governador Agamenon Magalhães e demais autoridades em nível de mesa”.

Esse Seminário, como já disse, é seminal, e essa é uma percepção que tenho hoje, mesmo depois de ter feito todos os meus mandatos na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, mais agigantada e aprofundada desde que assumi a Pasta da Defesa. Lembro que a Frente Parlamentar de Defesa foi criada por nós, fui o primeiro presidente e Zarattini também participou de sua criação. E ela tinha quatro vice-presidentes: Aldo Rebelo, que veio a ser Ministro da Defesa; Arlindo Chinaglia, ex-presidente desta Casa; o gaúcho Ibsen Pinheiro; e Michel Temer. E essa Frente Parlamentar foi constituída à época, em que o Jobim era Ministro da Defesa, que fez um trabalho fundamental como Ministro, a função da Frente era dar sustentação a uma série de mudanças que estavam acontecendo, dentro de uma perspectiva de Estado e levando em consideração a pluralidade de representação das correntes, das percepções e opções ideológicas da Casa. Acho que tivemos um papel importante, e hoje nós temos um Presidente que leva adiante esse trabalho, que é o Carlos Zarattini.

A questão de ser a Defesa uma política de Estado eu acho que não cabe aqui uma grande digressão a respeito disso. Evidentemente que a Defesa da Nação não pode ser categorizada ou classificada como algo inferior a uma política de Estado, e acho que isso já está inteiramente assentado. Entretanto, na manutenção da Defesa e da capacidade de dissuasão, no centro dessas possibilidades se encontram, evidentemente, a questão tecnológica e a questão da inovação, que podem ser resumidas em um caso que eu citava ontem na CREDN: durante Guerra das Malvinas, um único submarino atômico, pela sua velocidade de deslocamento e dificuldade de detecção, manteve a segurança de todos os portos e de toda a

esquadra argentina. E há o caso do caso do Cruzador Belgrano, que ousou sair e isso praticamente causou a morte de toda a sua tripulação em águas subárticas. Ou seja, uma mudança de padrão de um submarino diesel-elétrico para um submarino atômico, embora o diesel-elétrico cumpra suas funções e talvez seja até mais silencioso, foi um fator decisivo por causa da letalidade e da velocidade. Isso quer dizer que, se nós não tivermos a capacidade de desenvolver tecnologia verde-amarela, não estaremos em condições de desenvolver o papel central da defesa, que é a capacidade dissuasiva. E por que verde-amarela? Porque tecnologia sensível ninguém dá, raramente se vende e, quando se vende, é porque ela já se encontra em fase de superação e outras tecnologias estão surgindo. Isso quer dizer que esse é um tema central para a Defesa no Brasil.

Alguém poderá dizer “Puxa, mas não temos inimigos ou ameaças no Brasil”. Esse mantra é o inimigo que nós temos. Precisamos incorporar a perspectiva de que hoje, é verdade, não temos ameaças. Mas isso em um cenário extremamente mutável em nível internacional, sobretudo depois do término do conflito Leste-Oeste, que não significou, como dizia o Fukuyama, o fim da história ou um período de harmonia e paz, mas gerou, pelo contrário, uma instabilidade muito maior. Os conflitos cresceram, em números, mundo afora, e essa realidade é extremamente mutável.

Eu me refiro sempre ao fato de que nós temos um bônus da providência: a Leste, nós temos a nossa fronteira com a África Ocidental, e lá hoje não vemos maiores ameaças, mas já falarei um pouco sobre isso; a Norte nós temos a grande hileia amazônica, aliás, subpovoada, onde os nossos problemas não são interestatais, ou seja, não são conflitos entre Estados, mas temos crimes transnacionais que, na progressão a ser continuada, trazem sim uma ameaça à segurança nacional. Os senhores sabem disso – é só pensar nas vulnerabilidades que nós temos hoje em termos de segurança nas grandes metrópoles do país. Esse não é um assunto diretamente relacionado com a Defesa, mas sem sombra de dúvida o seu crescimento vai desdobrar não só em uma questão de Defesa, mas também em uma questão democrática. Em termos do sul, a nossa grande fricção, que eram as tensões entre Brasil e Argentina, que vem desde a fricção entre o Império espanhol e o Império português, foi devidamente reduzida ou conciliada, na medida do possível, pelo MERCOSUL e pela estabilidade que nós temos.

Mas a tendência, o mantra sobre o qual quero falar a este plenário e também ao Congresso Nacional é a ilusão de que isso é permanente. E isso é uma irresponsabilidade. Vou lembrar aqui uma frase que costumo recordar, de Rui Barbosa: “Não se improvisam esquadras”. E eu complemento: tampouco se improvisam exércitos ou força aérea. Então um País que tem os recursos que nós temos, 8 milhões de km<sup>2</sup> de território, 4,5 milhões de km<sup>2</sup> de águas jurisdicionais, 200 e tantos milhões de habitantes e os recursos naturais que nós temos, está condenado, ou melhor dizendo, destinado a ter uma projeção global.

E nós temos interesses relacionados ao entorno estratégico, à América do Sul, ao Atlântico Sul, ao Mar do Caribe, mas acima, e à Antártica, cá embaixo. Os senhores acham que esse cenário será imutável? Acreditam que não haverá transformações nesse cenário? Alguém acredita que é possível improvisar esquadras, exércitos ou força aérea?

É preciso dizer sim que somos um País do soft power, que queremos exercer a nossa projeção com respeito à soberania, com respeito aos princípios de nossa Carta Constitucional. Mas num mundo em mutação como o nosso é impossível imaginar que esse quadro se perpetue ad eterno. Até porque estamos vivendo mudanças na Europa, que, pelo que depreendi em um encontro de Ministros da Defesa de que participei recentemente em Trinidad e Tobago, inclusive com a participação de observadores de Portugal e Espanha e também onde tive contato com o Secretário americano Ashton Carter, a Europa passa, no campo da Defesa, por uma mutação. Polidamente, chamada de revisão estratégica, mas que poderá encerrar, e em boa medida irá encerrar, um rearmamento, com consequências sobre o Mediterrâneo, sobre o Norte da África e com a sua projeção para aquilo que nós consideramos uma zona de paz, que

é o Atlântico Sul. E aí são interesses nacionais que estão em jogo. Interesses concretos. Não podemos imaginar ou ter a ilusão de que a diplomacia será suficiente, e não estou aqui a sugerir que o Brasil se torne agressivo, belicoso, ou que rompa com a sua tradição de respeito à paz e à soberania dos povos. Não se trata disso, nem temos problemas de fronteiras. Mas estou convocando a atenção desse plenário e desse Congresso para o fato de que esse quadro está mudando e vai mudar ainda mais. Um exemplo é o Pré-Sal que temos na nossa costa, e que também existe na Costa do Marfim. Pelo Atlântico Sul passa 95% do comércio marítimo brasileiro, é essa a rota. Se nós levarmos em conta que a subida do preço do petróleo, que é inexorável, tornará aquele espaço absolutamente estratégico, nós estaremos mudando a natureza e a percepção do que representa pra nós o Atlântico Sul. Nós precisamos dramaticamente adequar a nossa Marinha a essa necessidade e a essas mutações. Precisamos colocar não só o presente na centralidade das nossas preocupações. As nossas elites têm a percepção de equivocada de que não há ameaças. Isso não é assim, e esse é um quadro mutável. Nesta hora, centralmente, estará a nossa Base Industrial de Defesa e a nossa capacidade de inovação tecnológica, se não, não há jogo.

Sem tecnologia e Base Industrial de Defesa independente não há defesa. E é preciso, portanto, que cenários como este aproximem Forças Armadas, Congresso Nacional, elite, empresários, para que essa percepção ganhe força e transforme. É por isso que nós fazemos a Defesa, é urgente que esses temas sejam discutidos. E há uma barreira na questão da segurança e criminalidade. Sinto-me a toda hora absorvido pelos problemas de segurança do Brasil. Pedem GLO e presença das Forças Armadas a todo o momento, mas as Forças Armadas não são treinadas para exercer função de polícia. E o exemplo internacional é exatamente negativo com relação a isso. Mas como há a percepção de nossas elites de que não temos ameaças, e se sabemos que temos esses excelentes quadros formados pelas Forças Armadas, capacitados, compromissados, e vivemos um grande problema na área de segurança, por que não fazer essa passagem? Eu respondo de maneira um tanto quanto rude: “soldados armados nas ruas dão conforto, mas também significam férias para bandidos.” Porque eles sabem que nós não podemos permanecer, e sabem também que a formação do militar é para tarefas de defesa nacional, dos interesses desse País. Então não adianta resolver pela defesa um problema que é da segurança. O problema da segurança tem que ser resolvido na segurança.

Claro, temos compromissos, e vamos ampliá-los, em relação à segurança das fronteiras. Aí há uma convergência, inevitável entre segurança e defesa. Mas não será por meio desse desvio, por assim dizer, que nós resolveremos nossa grave crise na segurança. Jamais quero dizer que, convocados constitucionalmente pelo Presidente da República, como já ocorreu diversas vezes, deixaremos de estar lá, porque nas Forças Armadas missão dada é missão cumprida, sem a menor sombra de dúvida.

Gostaria de encerrar dizendo o seguinte: vivemos um momento de crise, mas não devemos temer, nos retrair ou deixar de ousar porque estamos vivendo uma crise. Todos nós sabemos o ideograma chinês segundo o qual uma crise é uma oportunidade. E eu vejo cada dia mais essa crise como uma oportunidade. Em lugar de lamentar, ou de ficarmos retraídos, presos a uma imobilidade, a uma impossibilidade, vamos tratar de criar. Cito como um pequeno exemplo, mas ilustrativo, que nós criamos, há duas semanas, um mestrado em economia de defesa, que começará com 30 vagas aqui na UnB. Talvez seja o primeiro mestrado em economia de defesa do hemisfério. Este é um mercado muito específico em suas características, mas que responde por um volume considerável de 3,7% do PIB segundo a FIPE e gera 30 mil empregos diretos e 120 mil empregos indiretos.

Outro exemplo, sobre o qual conversava ainda há pouco com o Brigadeiro Rossato, é o I Encontro sobre Financiamento a Projetos de Defesa que será organizado na próxima semana pela Secretaria de Economia e Finanças da Aeronáutica. Ótimo! É disso que nós precisamos, de ousadia. De coragem para enfrentar esse tipo de dificuldade. Se temos problema de

financiamento para determinado tipo de produto, vamos ver o que podemos fazer em termos de concessão, em termos de seja o que for. Temos que buscar ser criativos.

Outro exemplo é Alcântara, que, no passado, gerou uma enorme discussão sobre restrições à soberania. Tudo bem, mas aquilo representa hoje que nós estamos perdendo talvez um ou dois bilhões ao ano, já que um único lançamento de satélite daquele, que é geograficamente um dos melhores lugares, pode gerar de 30 a 60 milhões de dólares. E está tudo lá parado, porque não fomos capazes de conciliar o nosso entendimento e fazer uma separação entre a questão das salvaguardas e a questão comercial. Nós vamos separar isso, e procurar acordos comerciais com todo o mundo. Estados Unidos são importantíssimos, porque 85% dos componentes de satélites que são lançados no mundo são dos Estados Unidos. Então não podemos nos inibir com essa parceria ou deixar algo paralisado dessa maneira. É preciso, diante da crise, ter aquilo que Oduvaldo Vianna, o Vianinha, dizia: “só tem uma maneira de enfrentar uma tragédia, que é olhando nos olhos e procurando sair”.

E eu sou muito otimista, acredito que nós vamos conseguir, de fato, dentro das limitações que aí estão, avançar em termos de defesa. Estou muito feliz, são dois dias de Defesa aqui na minha Casa, e amanhã haverá um terceiro no Senado. Tenho a convicção de que defesa é algo que diz respeito a todas e todos os brasileiros, é um fator de desenvolvimento e produtividade, é poder assegurar que nosso destino e nossos sonhos se realizem. Por isso, parabeno uma vez mais ao Presidente Zarattini por esse evento, que para nós é da maior importância, e agradeço a presença de todos. O nosso futuro, que eu espero justo, de paz e tranquilo e, sobretudo, compatível com as nossas melhores tradições, não pode, não deve e não irá abrir mão do papel da Defesa na manutenção de nossa história e trajetória. No coração dessa Defesa de que precisamos para o Brasil está, sem sombra de dúvida, a questão da tecnologia e da inovação. Muito obrigado e um bom dia a todos.